

MOVIMENTO *FORA COLLOR*:
PROCESSO POLÍTICO E CLASSES SOCIAIS♦

Danilo Enrico Martuscelli*

RESUMO: O objetivo deste artigo é caracterizar o movimento *Fora Collor*, que contou com uma participação ativa dos estudantes secundaristas e universitários nas principais mobilizações em 1992. Consideramos o conceito de situação de classe como imprescindível para compreender os fatores que viabilizaram a constituição deste movimento que visava depor o presidente Collor. As raízes explicativas da ocorrência de fortes mobilizações estudantis nessa conjuntura histórica encontram-se nos prejuízos causados pela política econômica e social do governo Collor à grande parte da classe média.

Palavras-chave: Governo Collor. Movimento estudantil. Classe média.

ABSTRACT : The purpose of this article is to characterize the favorable movement for deposition of President Collor, who had an active participation of high school and college students in the major mobilizations in 1992. We consider the concept of class situation as essential to understand the factors that enabled the creation of this movement that aimed to overthrow President Collor. The accompanying roots of occurrence of strong student mobilizations in this historical juncture are the losses caused by the economic and social policy of the Collor government to much of the middle class.

Keywords: Government Collor. Student movement. Middle class.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é caracterizar o movimento *Fora Collor*, que contou com participação ativa dos estudantes secundaristas e universitários nas principais mobilizações em 1992. Consideramos o conceito de situação de classe como imprescindível para compreender os fatores que viabilizaram a constituição deste movimento que visava depor o presidente Collor. As raízes explicativas da ocorrência de fortes mobilizações estudantis nessa conjuntura histórica encontram-se nos prejuízos

♦ Trata-se de síntese de reflexões que realizamos em nossa tese de doutorado: Martuscelli (2013).

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)/Campus Chapecó. Correio eletrônico: daniloenrico@gmail.com

causados pela política econômica e social do governo Collor à grande parte da classe média.

Para tratar desta questão, estruturamos o texto em três partes principais: na primeira parte, discutiremos o processo de construção do lema *Fora Collor* no processo político nacional; na segunda parte, analisaremos o discurso hegemônico do movimento *Fora Collor* e suas implicações políticas na referida conjuntura; por fim, daremos tratamento ao caráter de classe deste movimento, procurando distinguir a força dirigente e força motriz/mobilizadora que estiveram à frente no movimento *Fora Collor*.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO LEMA *FORA COLLOR*

O lema "Fora Collor" tem suas raízes no próprio pleito presidencial de 1989 que conferiu vitória apertada do presidente eleito sobre Lula. Observamos aqui o caráter plebiscitário dessa eleição, que colocava, de um lado, um defensor do programa neoliberal e, de outro, uma candidatura que investia na possibilidade de editar um Estado de bem-estar social no Brasil, ainda que numa conjuntura de ofensiva burguesa-neoliberal, de crise do capitalismo de Estado e de crise da social-democracia clássica em nível mundial. Dadas as dificuldades do governo Collor em conter os surtos inflacionários e os efeitos prejudiciais gerados por sua política sobre a economia nacional, em especial, sobre as classes trabalhadoras, o lema "Fora Collor" passou a ganhar relativa projeção no segundo semestre de 1991, tornando-se objeto de acirrados debates na sociedade brasileira, sobretudo, na CUT, no PT e na UNE.

No caso da CUT, a corrente que comandava a direção dessa central, a Articulação Sindical, julgava que não havia condições políticas para exigir a saída do Presidente, preferindo organizar a oposição ao governo, mantê-lo até o final do mandato e utilizar como lema político o "Diga não a Collor". Tal diretriz foi tomada no contexto do 4º Congresso da CUT (CONCUT), em setembro de 1991. As correntes que constituíam a oposição sindical, tais como CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista e outras menores, a despeito das divergências existentes entre elas, apostavam na luta pelo *impeachment* de Collor, sintetizada na palavra de ordem "Fora Collor", e na defesa da realização de eleições gerais para todos os cargos.

Em 1992, diante do acirramento da crise do governo, a Articulação Sindical passou a adotar o lema "Não Colla Mais", vindo a sustentar o mote "CPI pra valer,

impeachment e pelo fim do governo Collor”, em julho desse ano, durante a 5ª. Plenária Nacional da CUT. Diferentemente das oposições sindicais, a direção majoritária da CUT apostava na saída diplomática do Presidente da República, o que a levava a reforçar todos os instrumentos considerados legítimos para viabilizá-la, a saber: a apuração efetiva dos casos de corrupção no governo pela CPI; a aplicação do dispositivo constitucional do *impeachment*, no caso de se confirmar o fato de que o presidente Collor tivesse cometido crime de responsabilidade; e a posse do vice Itamar após o *impeachment*. Além disso, é preciso entrever que, no contexto da crise do governo, a Articulação Sindical passou a secundarizar a luta contra a política econômica do governo Collor, o que se coadunava com as vestes do sindicalismo propositivo em processo de gestação e indicava, portanto, o caráter moderado e legalista da ação política dessa central nessa conjuntura.¹ Tal posicionamento produziu impactos sobre as mobilizações e protestos organizados pela CUT contra o governo Collor. Não fossem as iniciativas tomadas pelas oposições sindicais, à revelia da direção cutista, a participação dessa Central nos atos e mobilizações poderia ter sido bastante reduzida.

Em relação à UNE, a direção dessa entidade, ligada à UJS/PCdoB, sustentou, no segundo semestre de 1991, a palavra de ordem “Fora Collor” e a defesa de novas eleições gerais, mas alterou tal posicionamento em maio do ano seguinte, quando deixou de fazer menção à reivindicação por eleições gerais. No entanto, o 42º. Congresso da UNE (CONUNE) aprovou, por ampla maioria, a bandeira “Fora Collor e Eleições Gerais”, que, nesse contexto, dada a debilidade organizativa da UNE, era uma palavra de ordem de consumo interno da própria entidade (GIANNOTTI, 1993). Ainda que fosse presidente da UBES e ligado ao MR-8, na conjuntura de crise do governo Collor, Totó Parente parece indicar de maneira muito clara como o lema "Fora Collor" era abordado pelo movimento estudantil em geral naquele período: “O movimento estudantil tinha a bandeira do FORA COLLOR!, mas ninguém fazia ideia de como isso aconteceria de verdade” (PARENTE, 2002, p. 63). Um mês depois do 42º. CONUNE, reafirmando o

¹ Tatagiba (1998) aponta para uma visão um pouco distinta a respeito do que denominamos intervenção legalista. Segundo essa autora, ao participar do Movimento pela Ética na Política (MEP), a CUT apresentou um diferencial em relação às outras entidades participantes, ou melhor, a CUT distanciava-se do viés predominantemente legalista das organizações pertencentes ao MEP, na medida em que tinha uma descrença em relação ao corpo legislativo e organizava protestos e mobilizações contra o governo. Retificando a tese da autora, entendemos que a organização de mobilizações contra o governo é um dado insuficiente para caracterizar a CUT como distante do legalismo, pois o que nos parece capital, para tanto, são as propostas mobilizadas pela Central que, como vimos, restringiam-se à luta pelo cumprimento constitucional do dispositivo do *impeachment*.

posicionamento tomado inicialmente pelo PCdoB, a direção da UNE redefiniria sua linha política e passaria a defender a proposta do “Impeachment Já”. Nota-se aqui que a entidade abandonava a bandeira das eleições gerais e reconhecia a necessidade de substituir Collor por Itamar (GIANNOTTI, 1993).

Em consonância com seu braço sindical na CUT, a corrente majoritária do PT, a Articulação, também defendeu, no 1º. Congresso Nacional desse partido, ocorrido no final de 1991, a proposta de o PT manter-se na oposição ao governo Collor, colocando-se contrariamente aos efeitos da política neoliberal e à corrupção no governo. Seria nessa situação política que essa corrente lançaria o lema “Feliz 94” como forma de apresentar o PT como alternativa eleitoral nas eleições presidenciais de 1994 e também como indicativo de que o PT não empreenderia esforços para remover Collor da presidência naquele momento. Nesse Congresso, o partido aprovou a resolução de que só pediria o *impeachment* de Collor, caso fosse caracterizado “jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente”. As correntes trotskistas, O Trabalho e Convergência Socialista, seguiram um rumo diferente da direção do partido e sustentaram o "Fora Collor" – o que teria se transformado em um dos motivos principais da exclusão da tendência Convergência Socialista dos quadros do PT, em maio de 1992.²

A proposta vencedora foi a apresentada pela corrente Articulação, o que colocou o PT numa perspectiva mais moderada frente às questões palpitantes da conjuntura de crise do Governo Collor. A tese aprovada demonstra claramente que o PT centrava sua posição na crítica aos efeitos da política neoliberal e nos casos de corrupção envolvendo o Governo Collor. Radicalizar a oposição ao Governo Collor com a defesa da proposta de realização de novas eleições gerais, assim como a denúncia do caráter de classe da política neoliberal não estavam no horizonte desse partido político. O diagnóstico da conjuntura política, feito pelos petistas, evidencia o que vimos afirmando:

“O governo Collor é, hoje, o principal instrumento de aprofundamento da crise. Fartas denúncias de corrupção, amplamente divulgadas pela imprensa, cercam o seu governo, envolvendo ministros, assessores diretos e até mesmo sua família. Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebrados. Ao mesmo tempo em que faz exatamente o contrário dos mais veementes compromissos que assumiu durante a campanha, de forma autoritária viola, segundas vezes, até a própria Constituição. Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descalabro da Previdência Social. Por isso mesmo, cresce

² Para uma análise das posições da CUT, ver: Giannotti (1993); Dossiê (1995); Tatagiba (1998). Para uma análise dos debates internos do PT nessa conjuntura, ver: Martuscelli (2010).

entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor. (...) Caso se caracterize jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente Collor, o PT não hesitará em recorrer ao *impeachment* em defesa da democracia (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 539).”

A análise dos deslocamentos da tática política de algumas organizações com influência em segmentos do operariado e das classes médias brasileiros indica não só um progressivo processo de moderação política, mas também de aceitação passiva da ideologia que se tornará hegemônica ao longo dos anos 1990: a ideologia burguesa neoliberal. É justamente nessa conjuntura que o discurso da denúncia e da política como negação começa a ser substituído pela política propositiva. Não descaramos do caráter progressista da defesa das conquistas democráticas garantidas pela Constituição Federal de 1988, sustentada por essas organizações quando apontavam para a necessidade de viabilizar a posse de Itamar Franco após a deposição de Collor de Mello. No entanto, cabe registrar que a defesa dessas conquistas combinou-se com o processo progressivo de abandono da denúncia à política neoliberal e com a secundarização dessa bandeira de luta. Para compreender o significado do processo de aceitação passiva da política neoliberal, faz-se necessário analisar as características gerais do discurso hegemônico do movimento *Fora Collor*, resultante da confluência desses deslocamentos de ordem tática, bem suas como implicações políticas para o momento político em questão.

O DISCURSO HEGEMÔNICO DO MOVIMENTO FORA COLLOR

A propósito do movimento *Fora Collor*, que adquiriu um caráter de massa, nos meses de agosto e setembro de 1992, destacamos três aspectos fundamentais para analisá-lo: a) a predominância do discurso contra a corrupção e pela “ética na política”; b) o enquadramento constitucional do pedido de admissibilidade do *impeachment* de Collor e da defesa da posse de Itamar Franco; c) o caráter de classe média das mobilizações.

No que se refere ao discurso contra a corrupção, essa bandeira ganhou impulso a partir das denúncias de Pedro Collor, publicadas pela revista *Veja*, no início de maio de 1992, quando este acusava o irmão, o então Presidente da República, de participar de negócios escusos com o testa de ferro do governo, Paulo César Farias (PC Farias). Essa bandeira fortaleceu-se, com a instalação da CPI do caso PC Farias, no dia 1º de junho de 1992. É nesse contexto que se constituiu o chamado Movimento pela Ética na Política

(MEP), tendo como objetivo precípua acompanhar e apoiar as investigações do caso PC Farias. Convocado pela OAB, esse movimento contou com a participação de importantes entidades, tais como a CUT, a CGT, o PNBE, a UBES, a UNE e a CNBB, entre outras. Das 260 entidades participantes, cerca de 91 eram entidades sindicais. Havia ainda muitas entidades ligadas à Igreja Católica, várias seções da OAB e poucas entidades estudantis – embora, como veremos, a participação dos estudantes tenha sido decisiva no movimento *Fora Collor*.³

No início de junho de 1992, enquanto as centrais sindicais, como a CUT e a CGT, defendiam a saída do presidente Collor, a OAB procurava aguardar pelas apurações da CPI. Esse fenômeno indicava a existência de divergências táticas no interior do MEP. No entanto, o discurso contra a corrupção e pela ética na política acabou sendo a tônica dominante desse movimento. Nessa perspectiva, cabe indagar: qual seria o significado desse discurso na conjuntura em questão?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o discurso contra a corrupção apresentado pelo MEP não tinha nenhuma relação com a crítica à corrupção difundida pelo udenismo, que visava combater a política populista dos governos brasileiros nos anos 1950 e 1960. Diferentemente do caráter conservador da crítica udenista da corrupção, o Movimento pela Ética na Política fundava sua crítica na luta contra os efeitos da política neoliberal. Isso significa que o MEP sustentava uma bandeira progressista de luta contra a recessão, as altas taxas de inflação, o desemprego, o arrocho salarial, ou mesmo de oposição genérica ao neoliberalismo sem, com isso, apresentar uma alternativa política concreta. Aqui, aliás, reside a maior debilidade desse movimento, que não logrou formular um programa político nem elaborar uma crítica ao caráter de classe da política neoliberal.

No decorrer das investigações dos atos do presidente Collor, é possível entrever que até mesmo a crítica aos efeitos da política neoliberal perdeu progressivamente importância no discurso do MEP, que passou se centrar quase exclusivamente na luta contra a corrupção e pelo aprofundamento das investigações dos atos do presidente da República, como podemos evidenciar nas palavras de ordem defendidas por organizações do movimento: “Basta de corrupção”, “Pelo fim da impunidade”, “CPI pra valer”, “Impeachment já”.⁴ É preciso destacar, além disso, que ao menos uma entidade influente

³ Informações retiradas de: Dossiê (1995).

⁴ Inicialmente, a coordenação geral do MEP foi contrária à inclusão da palavra de ordem “Impeachment já”, defendida pela CUT, por entender que era necessário aguardar as investigações da CPI. Sobre isso, ver: Bocchi (1996)

no MEP – o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)⁵ – não fazia crítica ao neoliberalismo, preferindo defender as políticas de privatização e de abertura comercial e apresentar-se como crítica do “autoritarismo do executivo”, o que significava exigir maior participação no processo de implementação da política governamental.

Em segundo lugar, vale destacar que essa crítica difusa ao neoliberalismo continha, em suas entrelinhas, o fetiche do Estado, que tendencialmente exerce forte atração, enquanto ideologia, sobre as classes médias. Isso significa que o discurso contra a impunidade, difundido pelo MEP, ao sugerir que, retirando-se os políticos corruptos da administração pública, o Estado poderia recuperar seu bom funcionamento e atender os interesses da sociedade como um todo, acabava ignorando o caráter de classe do Estado. Não queremos, com isso, sustentar a ideia de que o discurso contra a corrupção esteja fadado a se apresentar sob a forma de fetiche do Estado, uma vez que, em determinadas circunstâncias históricas, pode vincular-se à crítica popular à natureza de classe da política estatal – discurso que esteve muito distante de ganhar força na conjuntura do governo Collor.

Em síntese, é possível caracterizar o discurso contra a corrupção como uma ideologia, entendida como doutrina e ação prática. No plano doutrinário, esse discurso indica que a corrupção no governo pode ser resolvida desde que os políticos desonestos sejam demovidos de seus cargos e presos. Tal assertiva pode ser constatada nos refrãos que agitavam as manifestações de rua, entre os quais destacavam-se: “Eia, eia, eia/ Collor na cadeia”; “O Collor vai ganhar/ Uma passagem pra sair desse lugar/ Não é de trem, de metrô, nem de avião/ É algemado, de camburão/ Eta, Collor ladrão”; “PC, PC/ Vai pra cadeia e leva o Collor com você”; “Sou brasileiro/ De coração/ Por isso quero ver o Collor na prisão”; “É ou não é/ Piada de salão/ O Chefe da quadrilha é o presidente da nação”; “Arrá, urru/ Queremos Collor no Carandiru”; “Eu não quero nem saber/ Se cabeças vão rolar/ Ele rouba em Brasília/ Ela na LBA/ Cadeia Já”.⁶ Já, em sua manifestação prática, a crítica da corrupção foi utilizada como um meio de desgastar politicamente o Presidente da República e de fazer o enfrentamento contra os efeitos deletérios provocados pela política econômica e social implementada pelo governo federal.

⁵ Como observa Bianchi (2001), criado formalmente em 1990, o PNBE abrangia em seus primeiros anos de atividade pequenos e médios industriais, vindo, ao longo da mesma década, a ampliar sua base para o setor de serviços. Ademais, cabe ressaltar que a entidade surgiu como crítica do sistema de representação da FIESP, que conferia reduzido espaço para esses segmentos da burguesia brasileira e estava mais voltada para representar os interesses dos grandes.

⁶ Esses refrãos foram reproduzidos na publicação: Leitão e Axt (2002).

Em relação ao enquadramento constitucional do movimento "Fora Collor", é possível dizer que ele se manifesta por meio da defesa da renúncia de Collor e da posse de Itamar Franco. Tomando como referência algumas organizações influentes do movimento "Fora Collor", tais como a UNE, o PT e a CUT, é possível verificar que, em todas elas, a opção pela posse de Itamar Franco foi confrontada pela proposta de realização de eleições gerais. A CGT também sustentou a posse de Itamar com base num conjunto de propostas que previam o cancelamento do programa de privatização do governo federal e a retomada da USIMINAS.

No caso da Força Sindical, a adesão de seu presidente, Luiz Antonio Medeiros, ao movimento *Fora Collor* deu-se tardiamente – há menos de um mês antes da votação do pedido de admissibilidade do *impeachment* de Collor, ocorrida no dia 29 de setembro de 1992. Contrastando com as demais entidades aqui analisadas, a Força Sindical defendeu a posse de Itamar e a continuidade da política neoliberal implementada por Collor, e realizou atos conjuntamente com a Fiesp, ou, nas palavras do presidente dessa central:

Sou pelo *impeachment* do presidente Collor, que prestaria um serviço ao país se renunciasse logo, mas não posso abrir mão da modernização, como outras entidades queriam [...] É justamente nisso e na defesa da privatização que a Força Sindical se diferencia das outras centrais (MEDEIROS, 1992).

A defesa da posse do vice-presidente, Itamar Franco, presente no discurso hegemônico do movimento *Fora Collor*, também indica os limites da luta contra o neoliberalismo na referida conjuntura. Na verdade, é possível identificar certa ambiguidade no discurso de algumas entidades ativas no movimento *Fora Collor* que apostavam ser possível contrapor-se efetivamente ao neoliberalismo, garantido a posse de Itamar, em vez de convocar eleições gerais e apresentar uma candidatura presidencial alternativa.⁷ Não deixa de ser ingenuidade acreditar que a posse de Itamar, vice de um presidente eleito com uma plataforma política neoliberal, poderia incitar uma derrota ao neoliberalismo no Brasil, ainda mais num contexto de ofensiva neoliberal e de refluxo do

⁷ O caso da crise política peruana, ocorrida no primeiro semestre de 1992, que resultou no autogolpe presidencial, no fechamento temporário do Congresso Nacional e na supressão da Suprema Corte, poderia servir de exemplo para sustentar o argumento de que a radicalização do processo de crise no Brasil poderia levar o país para o mesmo caminho. No entanto, como observa Coutinho (2002), o que diferencia as duas experiências é justamente a existência de um pacto político nacional no Brasil e a sua inexistência no Peru. Daí os resultados da crise serem bem distintos. Nesse sentido, não se pode afirmar categoricamente que a convocação das eleições gerais, realizada pelas tendências e correntes mais à esquerda, poderia colocar a democracia no país, mesmo que limitada, em situação de risco ou ser tratada como uma simples fraseologia esquerdizante.

movimento operário em escala internacional. O próprio processo político subsequente à queda de Collor demonstra que o neoliberalismo esteve muito longe de ser debelado naquele momento. O governo Itamar sentiu o impacto das mobilizações de 1992, mas não logrou aplicar uma política efetivamente alternativa à política.⁸

Força dirigente, força mobilizadora e natureza de classe do movimento *Fora Collor*

Só é possível discutir o caráter de classe do movimento *Fora Collor* se partirmos da distinção entre força dirigente e força motriz/mobilizadora. No primeiro caso, referimo-nos às classes e/ou frações de classe que exerceram o comando do processo de *impeachment* de Collor; no segundo caso, trata-se das classes e/ou frações de classe que constituíam a base social principal dos atos e protestos de rua favoráveis à renúncia do presidente da República. Partindo dessa perspectiva analítica, consideramos que durante o processo que levou à queda do presidente Collor, formou-se uma frente política, cuja força dirigente se expressava por meio dos interesses da burguesia interna representados pelas principais forças de oposição ao governo no Congresso Nacional. No tocante aos atos e protestos de rua, é flagrante a presença das classes médias que, representadas pela categoria dos estudantes, constituíram a força motriz do movimento *Fora Collor*. Tratemos de observar mais de perto a conjuntura em questão para demonstrar o que acabamos de afirmar.

Até junho de 1992, os protestos contra o governo não se caracterizaram por uma participação massiva da população, mas a oposição havia conseguido importantes avanços na CPI do caso PC Farias, colocando cada vez mais o presidente Collor numa situação difícil. A partir de 25 de junho, a CPI deixou de ser uma comissão para avaliar apenas os atos do empresário PC Farias, e se converteu, sobretudo, numa comissão para apurar os atos do presidente Collor e de seus assessores mais diretos (GIANNOTTI, 1993).

Nesse período, o governo articulou uma contraofensiva em duas frentes principais: 1) aliciando fisiologicamente parlamentares e distribuindo cargos públicos, na tentativa de ampliar a sua base de apoio, já bastante desgastada; e 2) estigmatizando setores de oposição ao governo, os quais foram taxados como articuladores de um

⁸ Para uma caracterização do governo Itamar e dos efeitos das mobilizações sobre a política implementada por esse governo, ver Martuscelli (2013).

possível golpe contra o presidente. A CUT e os grupos políticos vinculados a essa Central foram chamados de “sindicato do golpe” pelo presidente da República. O governo recuperou fôlego no Congresso Nacional e fez as investigações da CPI retrocederem. No entanto, a crise política do governo atingia grandes proporções, e as manifestações contra ele começam a intensificar-se, adquirindo um caráter de massas.⁹

As primeiras grandes manifestações ocorreram nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 11 de agosto, e tiveram forte presença de estudantes que defendiam o *Fora Collor* e sustentavam que o movimento pró-*impeachment* deveria ser suprapartidário. A ideia do caráter suprapartidário era a de ampliar a adesão a esse movimento, já que a identificação com algum partido poderia gerar o efeito inverso. O Governo Collor tentou revidar e pediu para que a população saísse de verde e amarelo, no dia 16 de agosto, em sinal de apoio ao seu governo. Neste dia, as ruas foram tomadas pelas cores pretas em protesto ao pedido de apoio do governo. Os estudantes compunham novamente a principal categoria social, pintavam seus rostos com a inscrição *Fora Collor*, adotavam as palavras de ordem “Impeachment Já” e “Cadeia para os corruptos”, e cantavam a música “Alegria, alegria” de Caetano Veloso, que havia servido de abertura da minissérie “Anos Rebeldes”, apresentada pela *Rede Globo*, em julho de 1992.

Essas manifestações desempenharam um papel ativo no processo de crise do Governo Collor, tornando mais favoráveis as condições para a aprovação do *impeachment* desse presidente. O caráter massivo dessas manifestações colocou a base aliada do governo numa situação difícil – isto é, o apoio ao governo, num momento pré-eleitoral, poderia repercutir negativamente sobre o cômputo geral dos votos dos candidatos às eleições municipais de 1992.¹⁰ A decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 23 de setembro de 1992, selou de vez a sorte do governo, ou melhor: por oito votos a um, esse tribunal definiu que o regime de votação da admissibilidade do afastamento de Collor na Câmara Federal seria aberto. Essa decisão foi uma importante conquista das forças de oposição ao governo (BOCCHI, 1996).

Analisando o processo de *impeachment* de Collor, Nobre (1992, p. 118) sustenta que “o Congresso Nacional é muito menos o autor e o articulador do processo do que

⁹ Para uma descrição dos locais e do número aproximado de manifestantes presentes em cada ato, ver: Giannotti (1993); Bocchi (1996); Tosi Rodrigues (2000).

¹⁰ A maioria dos parlamentares do PFL, principal partido da base de sustentação do governo, retirou o apoio a este e passou a defender o *impeachment* de Collor. Dos 87 deputados federais desse partido político, 64 votaram a favor da admissibilidade do *impeachment* de Collor.

vítima das obrigações constitucionais que ele mesmo se impôs”, o que exprime, segundo esse autor, uma “situação de emperramento do mecanismo de funcionamento institucional, em que uma Constituição de cunho marcadamente parlamentarista convive com o presidencialismo”. Noutras palavras, para Nobre, o processo de *impeachment* é resultado do próprio arranjo institucional promovido e garantido pela Constituição de 1988, que “obrigou” o Congresso a abrir a CPI de PC Farias. Todavia, essa análise tende a superestimar o peso da Constituição Federal sobre a decisão dos membros do corpo legislativo e conferir uma importância diminuta às manifestações de massa que pediam o afastamento do presidente da República. Além disso, observa-se que a defesa da posse de Itamar Franco, por parte dos partidos que se faziam presentes no Congresso Nacional, em especial dos partidos de oposição ao governo federal, não se revelou como uma simples “obrigação” prevista pela Constituição 1988, já que se faziam presente entre os parlamentares brasileiros forças políticas que há muito criticavam a política do governo federal.

Ao longo de todo o governo Collor, os partidos políticos, ou setores desses partidos, ligados aos interesses da burguesia interna tentaram dificultar a execução da política econômica e social que dava primazia para os interesses do grande capital monopolista nacional e internacional. Não foram raras as situações em que setores do PMDB e do PSDB, e, em algumas circunstâncias, com o apoio de parlamentares do PDT e do PT, contrariaram a política executada pelo governo Collor no Congresso Nacional. Desde a edição das primeiras medidas provisórias, esses partidos formaram uma verdadeira frente parlamentar de oposição, que procurou tensionar com a política do governo, impetrando ações por inconstitucionalidade das MPs, com o objetivo de deslocar o controle do processo de privatização para o Congresso Nacional e de limitar a participação do capital estrangeiro nesse processo, ou mesmo, de pressionar o governo por medidas que ampliassem o mercado interno, como é possível entrever nas discussões sobre a questão salarial. As tentativas de alterar a medida provisória 168/1990, conhecida como MP do confisco da poupança, e de promover a ampliação do limite de saques da poupança de Cr\$ 50 mil para Cr\$ 600 mil, visando sobretudo a atenuar o impacto do plano sobre os “pequenos poupadores”, indicam claramente essas investidas contra a política do governo federal. Outra iniciativa importante tomada pelos representantes da burguesia interna foi a de exigir maior participação no processo de implementação da política governamental, o que de algum modo surtiu alguns efeitos, observáveis na queda

do número de medidas provisórias, a partir do segundo ano de governo; na reforma ministerial de 1992, na qual o governo tentou ampliar sua base de apoio; na tentativa malsucedida do governo de atrair quadros do PSDB para a equipe governamental no primeiro semestre de 1992, entre outros exemplos.¹¹

No próprio processo de discussão da admissibilidade do *impeachment* do presidente Collor, essa frente parlamentar de oposição foi decisiva para a queda do presidente da República. O enquadramento constitucional da crise do governo Collor reforça a tese aqui apresentada de que foi a oposição parlamentar ao governo federal, que representava os interesses da burguesia interna, a força dirigente do processo político que resultou no *impeachment* de Collor. Daí se observa que para além das obrigações constitucionais, os parlamentares de oposição estavam mobilizando suas ações políticas segundo os interesses de classe que representavam. Isso atesta os limites da perspectiva institucionalista do processo político em questão, uma vez que ao não discutir a relação entre instituições e classes sociais, essa perspectiva tende a sugerir que as instituições são desencarnadas de relações sociais e possuem uma lógica de funcionamento que não é permeável aos conflitos presentes na sociedade.

Se o discurso hegemônico das mobilizações *Fora Collor* não exigiu a realização de eleições gerais e a implementação de uma nova política econômica e social, isso não quer dizer que as manifestações não desempenharam efeito qualquer sobre o “arranjo institucional”. Não se pode negar a pressão exercida pelas manifestações de massa pela aprovação do afastamento de Collor do poder federal. A proximidade das eleições municipais, o grande número de manifestações com dezenas e, até mesmo, centenas de milhares de participantes nas ruas contra o presidente e o avanço das investigações de corrupção no governo, foram elementos que se combinaram e tornaram irreversível a aprovação do *impeachment*.

No dia 26 de agosto de 1992, o relatório da CPI foi aprovado por 16 votos a 5, confirmando o envolvimento de Collor em práticas de corrupção. No dia 29 de setembro, a Câmara Federal votou a aprovação do afastamento do presidente da República. Dos 480 deputados votantes, 441 votaram a favor, 38 contra, um absteve-se e ainda houve 23 ausências. Collor deixou o Palácio do Planalto no dia 2 de outubro. O processo de *impeachment* seria ainda encaminhado ao Senado Federal, que teria 180 dias, a contar do

¹¹ Realizamos uma análise mais abrangente do papel da burguesia interna nesse processo em: Martuscelli (2013).

dia da votação na Câmara, para proceder à votação. Caso a votação no Senado não ocorresse no prazo, Collor retornaria ao cargo. Como tentativa de protelar o julgamento por crime de responsabilidade, Collor renunciou ao cargo de presidente da República, no dia 29 de dezembro, o que deixaria seus direitos políticos intocados. No entanto, os senadores decidiram dar prosseguimento ao julgamento e, um dia após a renúncia de Collor, cassaram os direitos políticos, tornando-o inelegível por oito anos. A Era Collor chegaria ao fim, mas “sem estudantes ou populares nas ruas” (TOSI RODRIGUES, 2000, p. 242-52 *passim*).

A despeito do curto período em que as manifestações favoráveis à saída de Collor da presidência da República lograram obter um caráter de massas, cabe aqui tecer alguns comentários sobre a participação massiva dos estudantes nessas manifestações. Nesse ponto, vale a pena reforçar que o movimento *Fora Collor* não contou apenas com a participação dos carapintadas, como ficaram conhecidos os estudantes, em sua maioria de classe média, que fizeram importantes mobilizações exigindo a renúncia do governo. Ignorado por boa parte das análises, o movimento operário também se fez presente em algumas mobilizações massivas em defesa do *impeachment* de Collor. É certo que as mobilizações operárias foram localizadas, não tiveram o mesmo nível de organização das manifestações estudantis e, em alguns casos, contaram com a ajuda dos empresários, que dispensavam seus funcionários para os protestos.¹² No entanto, a título de registro, cabe ressaltar ao menos dois exemplos de manifestação operária nessa conjuntura: a manifestação dos metalúrgicos da região do ABCD, realizada no dia 26 de agosto de 1992 e contando com 60 mil pessoas, segundo a PM, ou 100 mil manifestantes, segundo os organizadores (ABC..., 1992; OPERÁRIOS..., 1992a); e a de Osasco, outra grande manifestação operária, contando com a presença de cerca de oito mil pessoas, segundo a PM, ou 15 mil trabalhadores, segundo os organizadores (OPERÁRIOS..., 1992b).

Engajados como a principal força motriz/mobilizadora das manifestações massivas do movimento *Fora Collor*, os estudantes acabaram roubando a cena política nessa conjuntura, podendo ser qualificados, inclusive, como “agente substituto” das classes burguesa e proletária, incapazes de se manifestarem de maneira autônoma no momento histórico aqui analisado.¹³ Apesar do protagonismo do presidente da UNE,

¹² A prática de dispensar os trabalhadores para participarem dos atos públicos foi inclusive apoiada pela Fiesp, na ocasião da realização do ato organizado pela Força Sindical na Praça da Sé, no dia 11 de setembro de 1992. Ver: FIESP... (1992).

¹³ Extraímos a ideia de “agente substituto” da análise de Saes (1979, p. 19).

Lindberg Farias, nos palanques das principais manifestações, foram os estudantes secundaristas o principal segmento estudantil nos protestos. Como reconhecem os próprios dirigentes estudantis da época, a UBES – e não a UNE – era a entidade que mais conseguia mobilizar os estudantes para as manifestações. De acordo com Darlan Montenegro, na época diretor de políticas educacionais da UNE:

“O peso dos dois [dos movimentos estudantis universitário e secundarista] não é igual. O peso do movimento secundarista é totalmente determinante. Todas as passeatas tinham sempre muito mais secundaristas do que universitários: no Rio, em São Paulo. O peso da UNE na direção do movimento é menor, o que, inclusive, deixava seus diretores meio irritados, com razão – afinal, a UNE era a entidade famosa, conhecida, a UNE heroica, a UNE dos anos 60, da luta contra a ditadura. Então, quando a imprensa, por exemplo, procurava as pessoas pra darem declaração, era, de preferência, a diretoria da UNE. A grande figura do Fora Collor é o Lindberg, então presidente da UNE. Mas quem botava gente na rua, muito mais do que a UNE era o movimento secundarista. (MONTENEGRO, 2004, p. 7)”¹⁴

Um aspecto que não pode deixar de ser tratado, quando se analisa a participação dos estudantes, nessa conjuntura, é a relação existente entre a categoria estudante e a condição de classe média. Ressaltamos esse fator, pois a maioria das análises tem conferido interpretação diversa sobre o assunto. Mesmo quando fazem menção à condição de classe média dos estudantes, os estudos sobre o movimento "Fora Collor" não procuram observar, na própria condição de classe média, os aspectos ativadores das insatisfações dos estudantes em relação ao governo Collor.

O estudo de Rodrigues (1997), por exemplo, dá peso demasiado à influência da mídia, em especial, do seriado *Anos Rebeldes*, exibido, na época, pela Rede Globo, para explicar a presença dos estudantes nas ruas. Ademais, iguala-se à caracterização que a grande imprensa fazia dos carapintadas, estigmatizando as mobilizações dos estudantes como predominantemente festivas. É certo que o seriado da Globo exerceu algum tipo de influência sobre a organização das manifestações de rua organizadas pelos estudantes, sendo aludido sob a forma de faixas e cartazes com a inscrição “Anos rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor!” ou por meio de convocatórias para as mobilizações que se valiam da composição “Alegria, alegria”, de Caetano Veloso, que era a música de abertura do seriado. No entanto, não se pode exagerar na sua importância, sob pena de se defender o argumento elitista que concebe as massas como amorfas (no caso, os manifestantes) e fortemente influenciáveis pelas elites (no caso, através da grande imprensa). Na verdade,

¹⁴ Sobre o mesmo assunto, ver: Panzera (2005, p. 16); Farias (2005, p. 10).

é possível dizer que a cobertura do movimento "Fora Collor" pela grande mídia decorreu da força das mobilizações do segundo semestre de 1992, e que os estudantes souberam se aproveitar da minissérie para organizar suas lutas nesse contexto. Na mesma linha de raciocínio de Rodrigues, Groppo (2008) tende a apresentar esse movimento como oriundo de uma vontade dos estudantes de cabularem as aulas, repercutindo um argumento que naturaliza a visão do jovem estudante como imaturo e irresponsável.

Outras análises, como a de Tosi Rodrigues (2000), tendem a criticar a ideia de que o movimento estudantil estaria renascendo nessa conjuntura, ao demonstrar a reduzida base de organização das principais entidades estudantis desse período. Se é verdade que o movimento estudantil encontrava-se fracamente organizado até a explosão da crise, não se deve subestimar sua importância, quando comparado ao movimento estudantil brasileiro de 1968, pois, do ponto de vista dos resultados obtidos por cada um dos movimentos, os estudantes que se mobilizaram para debelar a ditadura militar não foram tão bem-sucedidos como aqueles que, em 1992, lograram derrubar o primeiro Presidente da República eleito democraticamente após o fim do regime ditatorial no Brasil. Além disso, é preciso ressaltar que, com todas as debilidades, o movimento estudantil do "Fora Collor" não pode ser caracterizado como um movimento puramente espontaneísta, já que, desde a abertura política, vinha ocorrendo, entre os secundaristas e os universitários, um processo de reativação de suas entidades representativas que, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, realizaram lutas importantes em defesa da meia-entrada para os estudantes em atividades culturais, contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, contra os reajustes das mensalidades escolares e em defesa de mais verbas públicas para a educação pública.

A análise dos estudantes feita por Mische (1997) sustenta que os jovens, no início dos anos 1990, não se mobilizaram mais através da "identidade participativa de estudante", como nos anos 1960, mas por meio de uma nova identidade, a identidade de cidadãos, o que fez com que o movimento estudantil perdesse sua capacidade de mobilização juvenil no período mais recente. Ao focar a ideia de identidade de cidadãos contraposta à identidade estudantil, a autora parece perder de vista os elementos que levaram os estudantes a se mobilizarem contra o governo Collor e a silenciarem ou a recorrerem a diferentes reivindicações em outras circunstâncias históricas. Além disso, como observamos mais adiante, a autora ignora o fato de que os manifestantes reafirmaram sua condição de estudantes na conjuntura do "Fora Collor" – o que torna sua

análise questionável do ponto de vista teórico e histórico.

Diferentemente dessas análises, operamos com a tese de que, para a compreensão das mobilizações estudantis, faz-se necessário entrever a relação entre estudante e condição (situação) de classe. Nessa perspectiva, consideramos que a participação massiva dos estudantes no movimento *Fora Collor* só pode ser explicada se se levarem em conta os fatores da política econômica e social que afetavam a situação de classe dos estudantes. Para além de considerar o movimento estudantil da época como uma mera massa de manobra do seriado *Anos Rebeldes*, é preciso considerar que os estudantes resolveram ir às ruas, exigindo a saída de Collor, pois os interesses de classe aos quais estavam vinculados, vinham sendo atacados pela política governamental de Collor. Antes mesmo de adentrar a aspectos concretos da prática estudantil na conjuntura, vale a pena tecer algumas observações teóricas sobre a polêmica questão da relação entre estudante e classe social.

Algumas análises têm-se dedicado a discutir a particularidade do comportamento dos jovens ou dos estudantes em relação à população em geral. Uma das teses apresentada é a de que o “radicalismo” ou o “inconformismo” juvenil decorre da ampliação dos espaços de sociabilidade da juventude, antes restrita ao ambiente familiar. Nesse sentido, é possível observar uma especificidade do comportamento juvenil, na medida em que o jovem transita do espaço familiar para um ambiente social mais amplo, o que o leva a questionar a realidade vivida até então (IANNI, 1968; LIPSET, 1968). Nota-se aqui que a categoria juventude é tomada como objeto central de análise e é entendida como um grupo social homogêneo e caracterizado por comportamento tendencialmente radical. Tal tipo de análise é questionado por Bourdieu (1983), que entende que a divisão entre jovens e velhos é matéria de disputas em toda e qualquer sociedade, e que qualifica a ideia de juventude como unidade social como uma “manipulação evidente”, tendo em vista que as divisões de sexo, classe social, inserção no mercado de trabalho e/ou no aparelho escolar influem sobre o comportamento juvenil demarcando clivagens internas importantes.

Outros estudos têm-se debruçado na análise da prática estudantil procurando diferenciá-la do comportamento do restante da população. Habermas *et alii* (1968) sustentam que os estudantes possuem uma vida política mais ativa comparada à população em seu conjunto, devido a três determinantes escolares específicos: a) ao caráter temporário da situação de estudante que os leva a relativizarem o cumprimento

das exigências próprias da condição profissional; b) à submissão por parte dos estudantes à constante pressão pedagógica; c) ao grau de instrução superior e ao nível de informação relativamente alto que os estudantes possuem em relação à população em geral. Nesse caso, os argumentos apresentados pelos autores isolam os determinantes escolares dos determinantes sociais, realizando o caminho inverso das análises de Ianni e de Lipset, mas concluindo de maneira semelhante ao sugerir que os estudantes constituem uma categoria social homogênea. Se, no primeiro caso, a inserção do jovem no aparelho escolar tem pouca importância para a compreensão do comportamento juvenil, na segunda análise, são os vínculos sociais que possuem pouca relevância para entender a prática estudantil.

Entre as análises que procuraram conectar as dimensões escolar e social para entender a prática estudantil, podemos indicar o estudo realizado por Poerner (1979) acerca do movimento estudantil brasileiro. Por considerar que, nas sociedades brasileira e latino-americana em geral, os elementos arcaicos da estrutura social têm forte presença, a prática dos estudantes desses países tende a se diferenciar do comportamento dos estudantes europeus ou estadunidenses, já que, nessas formações, ocorreram avanços consideráveis em termos de modernização das estruturas sociais. Nessa perspectiva, o autor defende que o estudante brasileiro é um “oposicionista nato”, pois decepiona-se com as dificuldades de acesso à universidade, colocadas pelo vestibular concorrido; em seguida, revolta-se ao perceber que o caráter arcaico da universidade é decorrente da própria estrutura arcaica do país: “A partir dessa conclusão, as ruas ganham um novo estudante, que passa a estudar, no asfalto das passeatas, a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a realidade brasileira atual” (POERNER, 1979, p. 33). Embora procure colocar em evidência a heterogeneidade da prática estudantil nos termos de sua inserção em formações sociais de capitalismo avançado ou dependente, o autor ignora ou subestima a existência de movimentos estudantis de direita ou condiciona a ação desses grupos à influência norte-americana.¹⁵

Os limites das análises acima referidas encontram-se na própria ambição dos autores de tentarem identificar o que distingue os jovens e os estudantes do restante da população, o que os leva a essencializarem a situação dos jovens e dos estudantes a partir de determinantes exclusivos, como o tamanho do espaço de sociabilidade, o aparelho escolar ou a estrutura social de determinado país. De fato, tais análises criam obstáculos

¹⁵ Essa crítica ao trabalho de Poerner foi extraída do artigo: Lima e Konrad (2012).

para a compreensão da prática estudantil na conjuntura. Assim sendo, preferimos recorrer aos trabalhos de Poulantzas (1973), Foracchi (1965), Saes (1978a; 1978b) e Martins Filho (1986), que nos permitem entrever a relação entre categoria social (estudante) e situação de classe.

Poulantzas (1973) não analisa a prática estudantil em si, mas formula um conceito de categoria social que nos ajuda a entender essa prática. Para ele, a categoria social define-se por critérios predominantemente políticos e ideológicos, e cumpre o papel de funcionamento do aparelho de Estado e da ideologia. Nesse caso, poderíamos acrescentar outras instituições como a escola. Cabe observar, no entanto, que o que define fundamentalmente o conceito de categoria social é o fato de esta possuir uma “adscrição de classe”, ou seja, uma categoria social não pode ser tomada como separada das classes sociais nem pode ser identificada exclusivamente com uma única classe, visto que “as categorias sociais não têm uma adscrição de classe única” (POULANTZAS, 1973, p. 25). Quando tomamos como ponto de partida a análise dos estudantes, podemos caracterizá-los, assim, como uma categoria social que possui adscrição heterogênea de classe.

São justamente os trabalhos de Foracchi (1965), Saes (1978a; 1978b) e Martins Filho (1986) que nos ajudam a refletir sobre essa adscrição heterogênea de classe dos estudantes. Para tais autores, é preciso refletir sobre um duplo aspecto para compreender a prática estudantil: de um lado, sobre a relação entre o aparelho escolar e as condições de ação política ou reivindicativa dos estudantes, e, de outro, sobre o caráter da relação de dependência existente entre o estudante e a família, pois esta funciona como caução econômica (manutenção) e ideológica (aspirações sociais e perspectivas de carreira) do estudante. Desse modo, é a família que fornece as condições materiais para que o jovem possa se tornar estudante, o que significa que os vínculos de dependência econômica e ideológica do estudante em relação à família é que determinam sua situação de classe (FORACCHI, 1965).

Dado o caráter excludente do aparelho escolar no Brasil, seria totalmente improcedente argumentar que os filhos do operariado compunham a base social principal dos matriculados no ensino médio e superior na conjuntura em questão. Na verdade, em países nos quais os níveis de desigualdade social são alarmantes, como é o caso brasileiro, é de esperar que os filhos do operariado encontrem na atividade laboral a única forma de ascender socialmente, sendo forçados, desde cedo, a dividir o tempo de vida escolar com emprego, geralmente precário, o que lhes impede de alongarem os estudos. Já os filhos

de classe média logram atingir um tempo de escolaridade muito superior ao dos filhos do operariado, pois suas famílias oferecem as condições materiais propícias para prosseguirem nos estudos e concluí-los até o nível superior, sem que tenham necessidade de enfrentar o cotidiano difícil do mercado de trabalho, em especial, as atividades mais precárias (SAES, 2005).

Na ausência de dados mais sistematizados sobre os estudantes participantes do movimento "Fora Collor", sustentamos, de maneira aproximativa, que é de supor que a maioria deles, oriundos do ensino médio (na época, chamados de secundaristas) e do ensino superior, pertencia às famílias de classe média.¹⁶ Dias (2008) destaca que, além da preponderância das classes médias no meio estudantil, havia outra justificativa importante para o predomínio da classe média nas manifestações de rua, a saber, o fato de essas manifestações terem ocorrido, no mais das vezes, durante dias úteis e em períodos nos quais a maioria dos jovens trabalhadores estavam cumprindo sua jornada de trabalho, o que teria propiciado a participação de jovens não trabalhadores ou pertencentes às classes mais abastadas. Embora o autor não faça menção à ideia de “métodos de luta” dos estudantes, é possível concluir que tais métodos são um indicador importante para atestar o caráter de classe média do movimento estudantil dos envolvidos no movimento *Fora Collor*, já que organizar manifestações em períodos que os jovens e estudantes trabalhadores não poderiam participar, evidencia que as entidades estudantis envolvidas nos atos estavam contando com a participação de um tipo de manifestante que é estudante, mas que não trabalha.

Alguns refrãos cantados nas manifestações de rua indicam que os jovens ou estudantes trabalhadores não recebiam o mesmo tipo de tratamento dos estudantes não trabalhadores, já que seu conteúdo não fazia qualquer referência à situação laboral dos jovens, como por exemplo: “Estudante unido/ Derruba o collorido” e “Não vai dar/ Assim não vai dar/ Eu quero estudar/ O Collor não quer deixar”. Trata-se de refrãos que enfatizam a situação de estudante dos manifestantes, distinguindo-os dos jovens que trabalham, sejam eles estudantes ou não. Em outro refrão, vimos sobressair a situação de dependência dos estudantes em relação à família e os efeitos prejudiciais que a política governamental havia gerado sobre as condições socioeconômicas dessas famílias: “Um, dois, três/ Quatro, cinco, mil/ O bolso do meu pai/ Não é o Banco do Brasil”. Por fim,

¹⁶ A despeito da importância do movimento "Fora Collor", salientamos que são raros os estudos que se debruçam sobre a análise da prática estudantil nesta conjuntura.

podemos observar o princípio da distinção expresso pelos manifestantes em tom de preconceito de classe em relação aos trabalhadores pauperizados, que eram identificados como os principais responsáveis pela eleição do presidente corrupto: “Você está descamisado/ Pé no chão, passando fome?/ Bem feito, quem mandou votar no homem?”.¹⁷ Ainda que não se possa levar às últimas consequências a importância desses refrãos cantados nas manifestações para a organização do movimento *Fora Collor*, no mínimo, eles fornecem pistas para entender a adscrição de classe dos estudantes ali presentes.

Observando a conjuntura do governo Collor, é possível verificar que, numa série de aspectos, foram criados prejuízos para os interesses das classes médias. No primeiro aceno do governo, as classes médias tiveram seus rendimentos aplicados em poupança confiscados, reduzindo-se, assim, a margem de manobra que tinham para enfrentar a chaga inflacionária que acometia a sociedade brasileira nesse período. Os altos índices inflacionários também atingiam as mensalidades escolares, na época, um tema que se encontrava em evidência, chegando a aparecer, inclusive, nas propostas governamentais dos presidentes em 1989 e a ser tema central das mobilizações estudantis realizadas nos últimos anos da década de 1980 e início dos anos 1990.

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, no dia 4 de maio de 1993, data na qual a UNE e a UBES organizaram manifestações em todo país contra o aumento das mensalidades escolares, o presidente da UNE, Lindberg Farias (1993), denunciava o abuso dos reajustes, atestando, com base nos dados do Dieese que, entre janeiro de 1987 a março de 1993, as mensalidades escolares teriam sofrido um aumento de 267% acima da inflação. A alta dos preços das mensalidades escolares trazia implicações sobre o tempo e a qualidade dos estudos dos filhos das classes médias. Numa situação de recessão econômica, arrocho salarial e altos índices de desemprego, as famílias de classe média tornavam-se presa fácil da inadimplência, o que as levava ao endividamento ou a matricular seus filhos em escolas mais populares ou em escolas privadas de *status* inferior, se quisessem garantir a eles a continuidade dos estudos. Isso gerava certo inconformismo nessas famílias, que percebiam que não só o prolongamento dos estudos de seus filhos, como também o próprio *status* das escolas nas quais eram obrigados a matriculá-los estavam em declínio. Evidenciava-se, assim, certa frustração em relação à possibilidade de seus filhos não conseguirem superar sua condição social atual pela via da escolarização

¹⁷ Esses refrãos também foram extraídos da publicação de Leitão e Axt (2002).

e, portanto, da valorização do trabalho intelectual em detrimento do manual.¹⁸

É importante salientar ainda a tentativa malsucedida de Collor, por meio do Emendão, de instaurar a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, o que também entrava em confronto com os anseios e aspirações das famílias de classe média de ocuparem os espaços universitários e transformarem o diploma de graduado de seus filhos num instrumento de acesso aos postos mais bem remunerados e com melhor *status* do mercado de trabalho. Outro aspecto a ser ressaltado foram os duros ataques promovidos pelo governo Collor contra o funcionalismo público, categoria que abrange predominantemente trabalhadores de classe média. Desde a campanha eleitoral, Collor vinha dando disparos contra os servidores públicos, considerados genericamente como um dos principais responsáveis pelo déficit público e pela ineficiência da máquina estatal. Como já assinalamos, uma das primeiras iniciativas do governo foi a de fechar o cerco contra o funcionalismo e colocar milhares de servidores públicos em situação de disponibilidade. Tal posicionamento feria os interesses das classes médias, não só porque atacava uma das bases principais do emprego dessas classes, o emprego público, como também contrariava a lógica da ideologia meritocrática (crença na ideia de que as diferenças sociais decorrem fundamentalmente da hierarquia de dons e méritos), à qual a classe média é apegada, na medida que o concurso público, como meio de acesso à carreira na administração pública, era colocado em questão pelo governo com a política de redução do número de servidores públicos. Esses e outros fatores foram decisivos para ativar as insatisfações das classes médias contra o governo, levando-as a ter uma presença majoritária nas manifestações de rua, por meio do movimento estudantil, e a pedirem a saída do Presidente da República.

Somado a isso, vale a pena observar que o discurso hegemônico contra a corrupção, nessa conjuntura, possuía um forte atrativo para as classes médias, em especial, para os estudantes, que recorreram à crítica da corrupção como tática de desgaste do governo. Tal crítica/denúncia funcionava como uma espécie de ideologia, já que fazia referência à ideia de que a existência de corrupção no governo prejudicava a todos, mas ocultava o fato de que tal crítica era revestida de questionamento dos efeitos da política governamental que estariam impactando negativamente os interesses das classes médias. Nesse sentido, é possível sustentar que a crítica à corrupção no governo assume aqui um

¹⁸ Sobre a relação entre prolongamento da escolarização e classe social e entre trabalho intelectual/manual e classe média, ver: Saes (2005).

conteúdo progressista, já que as classes médias mobilizadas operavam numa conjuntura na qual o conjunto da classe trabalhadora tinha seus interesses preteridos, não se colocando em questão a existência de políticas governamentais que favorecem o operariado em detrimento da classe média. Se assim fosse, poderia engendrar-se certa inclinação conservadora entre os manifestantes, que passariam a verbalizar críticas a tais políticas governamentais por considerá-las negativas ao processo de diferenciação social das classes médias enquanto classe que agrega fundamentalmente trabalhadores não manuais. Ademais, observamos que as mobilizações dos estudantes de classe média contra o presidente corrupto estavam marcadas por um caráter político-corporativo,¹⁹ uma vez que eram oriundas de demandas específicas dos estudantes (luta contra o aumento das mensalidades, luta em defesa da educação pública, etc.), mas transcendiam esse universo ao se projetarem contra a execução e os efeitos da política governamental, a corrupção existente no governo, e exigirem a saída do Presidente da República. Aliás, é preciso salientar que o uso da crítica da corrupção no governo como via de questionamento da política governamental e de desgaste do governo de plantão não era novidade no país, sobretudo, se tomarmos como referência outros momentos de crise política no país, como foram os casos das crises de 1930, 1954, 1964 e 2005.

Chama-nos a atenção o fato de que as denúncias de corrupção marcaram presença nos embates políticos travados nessas conjunturas, mas emergiram totalmente descoladas da crítica ao caráter parasitário do Estado burguês. Entendemos que, dependendo de sua conotação, a denúncia de corrupção pode ser considerada um indicador do alcance e dos limites da plataforma reivindicatória dos grupos, segmentos e classes sociais que fazem uso desse instrumento político para obter maior influência na cena política ou para atingir seus interesses econômico-corporativos de curto e médio prazos. Nessa perspectiva, é possível indicar que a tática da denúncia de corrupção presente em todas as crises políticas de 1930, 1954, 1964, 1992 e 2005, ainda que com presença e importância variadas, funcionou como uma espécie de mecanismo de alusão/ilusão, típico das ideologias políticas. Isso significa que essa tática alude à existência de corrupção no governo,

¹⁹ Seguimos aqui a distinção estabelecida por Saes (1978a) acerca da natureza dos objetivos do movimento estudantil. De acordo com esse autor, no primeiro nível, os objetivos são puramente corporativos e designam reivindicações internas ao ambiente escolar; no segundo nível, os objetivos do movimento estudantil apresentam-se como político-corporativos por traduzirem simultaneamente demandas corporativas e, de maneira indireta, políticas – o que leva os estudantes a se posicionarem perante o Estado e as classes sociais. Num nível mais radicalizado, teríamos os objetivos puramente políticos, que traduziriam, de modo direto e aberto, a relação do movimento estudantil com o Estado e as lutas sociais.

enquanto ilude, na medida em que oculta os interesses de classe que dão base material a ela. Trata-se, portanto, de um expediente que tende a despolitizar não só a crítica popular à política estatal, como também os conflitos intraburgueses. Ademais, as denúncias de corrupção têm geralmente forte apelo junto às classes médias, porque traduzem, por uma via específica, o fetiche de Estado (ou estatismo). Dessa maneira, a tática da denúncia de corrupção impressa sob a direção política de determinadas frações do bloco no poder pode lograr atingir alguns segmentos das classes médias e ter, nesses segmentos, um forte aliado político no combate às políticas de interesse do proletariado. Ou ainda, o fetiche de Estado pode se combinar aqui com o medo da proletarização e tornar as classes médias uma importante aliada de frações do bloco no poder. Não é isso o que ocorreu na conjuntura de 1992, já que aí os efeitos perversos da política governamental afetavam a classe trabalhadora em seu conjunto. Não foi, portanto, o medo da proletarização que moveu as classes médias para a luta contra o presidente corrupto, mas uma série de medidas tomadas pelo presidente Collor que atingiram diretamente os interesses particulares dessas classes, levando-as a se moverem contra o caráter recessivo da política adotada pelo governo federal.

Conclusão

Pelo exposto aqui, concluímos que as classes médias constituíram a principal força motriz/mobilizadora das manifestações de massa, nos meses de agosto e setembro de 1992. No entanto, a força dirigente foi a burguesia interna, situada no Congresso Nacional, que levou às últimas conseqüências o dispositivo constitucional do *impeachment*. Embora seja possível dizer que outras classes e frações de classe estavam presentes nas ruas e no Congresso Nacional, mobilizando-se contra o governo, é importante detectar quais delas exercem maior influência em cada um desses espaços de intervenção política e quais delas ocupam o lugar de direção, e de força motriz do processo. Além disso, faz-se necessário entrever que, a despeito das manifestações de rua apresentarem-se como suprapartidárias, e os próprios manifestantes verbalizarem forte insatisfação com as eventuais tentativas de partidizar o movimento *Fora Collor* ou de ceder palanques para as forças partidárias – revelando, assim, certa ideologia antipartidária refratária às formas de organização coletiva –, no processo geral, é possível observar que as ações do movimento estudantil subordinaram-se às iniciativas tomadas pela frente parlamentar de oposição. Ou melhor, embora as decisões dos congressistas em

defesa do *impeachment* de Collor tenham sido influenciadas pelas fortes mobilizações de massa realizadas principalmente pelos estudantes, em nenhum momento, as prerrogativas institucionais dadas aos parlamentares para aprovar o pedido de *impeachment* foram colocadas em risco pelo movimento estudantil. Isso significa que o movimento estudantil foi dirigido pela frente parlamentar de oposição.

Essa unificação de interesses, num espaço curto de tempo, indica que o processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil alimentou contradições no seio da própria burguesia, traduzindo-se em tensões entre o Executivo e o Congresso Nacional. Como o traço marcante da política estatal neoliberal de Collor era seu caráter antipopular, não seria sensato esperar que os setores prejudicados por essa política fossem se alinhar aos interesses dos grupos monopolistas e imperialistas. Foi justamente o perfil regressivo da política executada por Collor o que impulsionou as classes médias a irem às ruas exigir sua saída e, ao mesmo tempo, a formarem uma frente política com a burguesia interna para emplacar uma derrota política ao Presidente da República.

REFERÊNCIAS:

ABC também protesta. *Jornal do Brasil*, 27 ago. 1992.

BIANCHI, Alvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

BOCCHI, Carmen Priscila. *Movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment: elementos para a análise da atuação da sociedade civil no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, USP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. “A 'juventude' é apenas uma palavra” In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

COUTINHO, Marcelo. “Em caminhos opostos: uma análise comparativa das crises brasileira e peruana de 1992” In: *Informe final del concurso: Fragmentación social y crisis política e institucional en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Programa Regional de Becas CLACSO, 2002 [Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2001/coutinho.pdf>].

DIAS, Luiz Antonio. “Política e participação juvenil: os 'cara-pintadas' e o movimento pelo impeachment”. *História Agora* – a revista de história do tempo presente, jan. 2008.

DOSSIÊ: OS SINDICALISTAS E O IMPEACHMENT DE COLLOR, organizado pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV), abr. 1995.

FARIAS, Lindberg. Entrevistado por Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil* [Disponível em: www.mme.org.br]. (Data da entrevista: 01/05/2005).

- _____. “Invertendo prioridades”. *Folha de S. Paulo*, 4 maio 1993.
- FIESP decide liberar o ponto dos trabalhadores para ato público no dia 11. *Gazeta Mercantil*, 1º. set. 1992.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
- GIANNOTTI, Vito. *Collor, a CUT e a pizza* (2a. ed.). São Paulo: Ed. Página aberta, 1993.
- GROPPO, Luís Antonio. “As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens 'carapintadas'” In: GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otavio Luiz. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Ed. UFPE, 2008.
- HABERMAS, Jürgen; FRIEDEBURG, Ludwig von; OEHLER, Ch.; e WEITZ, Friedemann. “O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral” In: BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- IANNI, Otávio. “O jovem radical” In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- LEITÃO, Sérgio Sá; AXT, Barbara (org.). *Fora Collor: a incrível aventura da geração que derrubou um presidente*. Rio de Janeiro, Diagrama, 2002.
- LIMA, Mateus da Fonseca Capssa; KONRAD, Diorge Alceno. “Estudantes, trabalho e classes sociais”. *Revista Latino-Americana de História*, vol. I, n. 3, mar. 2012.
- LIPSET. Seymour Martin. “O comportamento da juventude universitária” In: BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (Unicamp), 1986.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “O PT e o impeachment de Collor” In: *Opinião Pública*, n.2, vol. 16, 2010.
- _____. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Campinas, Tese de doutorado em Ciência Política, 2013.
- MEDEIROS mede sua força hoje na Sé. *Jornal do Brasil*, 11 set. 1992.
- MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política” In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, 1997.
- MONTENEGRO, Darlan. Entrevistado por Ana Paula Goulart e Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil* [Disponível em: www.mme.org.br]. (Data da entrevista: 22/07/2004).
- NOBRE, Marcos. “Pensando o impeachment” In: *Revista Novos Estudos - CEBRAP*. São Paulo, n. 34, nov. 1992.
- OPERÁRIOS do ABC saem às ruas. *Diário Popular*, 27 ago. 1992a.
- OPERÁRIOS protestam em Osasco. *Diário Popular*, 3 set. 1992b.

- PANZERA, Mauro. Entrevistado por Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil* [Disponível em: www.mme.org.br] (Data da entrevista: 12/07/2005).
- PARENTE, Totó (Entrevista) In: Sérgio Sá Leitão e Barbara Axt (org.). *Fora Collor: a incrível aventura da geração que derrubou um presidente*. Rio de Janeiro, Diagrama, 2002.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. “As classes sociais”. *Estudos Cebrap*, n. 3, 1973, p. 25.
- RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS (1979-1998). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- RODRIGUES, Vera Marisa de Souza. *Carapintadas: estudantes na festa e na política*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia (Unicamp), 1997.
- SAES, Décio. “Entrevista: Cara a Cara com Décio Saes”. *Cara a Cara* (Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias), Campinas, n. 1, 1978a.
- _____. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. *Cara a Cara* (Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias), Campinas, n. 2, 1978b.
- _____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- _____. “Classe média e escola capitalista”. *Crítica Marxista*, n. 21, 2005.
- TATAGIBA, Luciana Ferreira. *Dos significados da “ética na política”*: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1998.
- TOSI RODRIGUES, Alberto. *O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

RECEBIDO EM 31-08-2014

APROVADO EM 25-03-2015